



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI – PIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0901P/03	DATA: 03/07/03
INÍCIO: 11h06min	TÉRMINO: 12h58min	DURAÇÃO: 01h52min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h49min	PÁGINAS: 44	QUARTOS: 20
REVISÃO: Leine, Madalena		
CONCATENAÇÃO: Estela		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA - Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Sras. e Srs. Deputados, havendo número regimental, vamos começar nossa sessão da CPI da Pirataria, que tem a finalidade de investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal. Eu quero agradecer a presença ao Virgílio Maurício Vianna, que é Secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, que veio do Amazonas diretamente para nossa CPI. Tinha outros compromissos. Abandonou os outros compromissos, para nos ajudar. Esta é a sexta reunião, me parece, que nós estamos fazendo. Já fizemos uma reunião com os Procuradores, ouvimos a sociedade organizada, e é a primeira reunião que vamos fazer sobre biopirataria. Nós ouvimos, normalmente, sobre produtos industrializados, produtos farmacêuticos, mas é a primeira reunião que vamos tratar da questão da biopirataria. Então, passo a palavra... Eu pediria um pouco de silêncio, por favor.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Sr. Presidente, pela ordem. Silêncio no recinto, a fim de que possamos acompanhar atentamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Bispo Wanderval.

Eu pediria à segurança o seguinte: nós não vamos assinar aqui nenhum requerimento desses que estão no corredor, porque senão a gente não vai conseguir fazer nada. Quando os Deputados saírem daqui eles assinam essas listas que estão no corredor. Mas se passar aqui dentro nós não vamos fazer nada. O *quorum* está alto. Eu passo a palavra para o Virgílio. A expectativa sobre sua palestra é muito grande, porque já tivemos vários depoimentos e o maior *quorum* foi atingido — para vocês verem como as pessoas estão interessadas em biopirataria. Fique à vontade para falar o que você quiser. Com a palavra o Dr. Virgílio Maurício Vianna.



**O SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA** - Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar com os senhores neste importante trabalho da Comissão. Queria cumprimentar o Deputado Medeiros, em nome de quem cumprimento a todos os demais Deputados e autoridades que se fazem presentes. A minha apresentação aqui tem caráter institucional. O Governador Eduardo Braga foi contactado pelo Deputado Medeiros e ele pediu que representássemos a visão do Governo do Estado do Amazonas e a que estamos implementando à frente do programa de governo. Vou dividir minha apresentação basicamente em duas partes. Primeiro, vou apresentar o contexto das políticas que vêm sendo desenvolvidas no Estado do Amazonas, voltadas para o desenvolvimento sustentável, e depois, na segunda parte, vou abordar mais especificamente a questão da biopirataria. Nós estamos implementando um programa denominado Zona Franca Verde e acredito que possa ter inclusive relação com outras ações que vêm sendo debatidas no Congresso, como o caso da reforma tributária, por exemplo. Nosso desafio é gerar mais emprego e renda a partir do verde, a partir do nosso grande patrimônio, que são as florestas. Inclusive comentava com o Deputado Medeiros, na entrada, que talvez a gente tenha, no caso da biodiversidade, uma excelente oportunidade, muito pouco utilizada, de geração de emprego e renda. Nós precisamos agora dos instrumentos capazes de tornar esse grande patrimônio um fator de geração de emprego e renda. A missão do Governo é colocar as florestas, os rios, os lagos, os igarapés, que são os pequenos riachos, e a agricultura familiar como eixos centrais do desenvolvimento; não tratar isso apenas como uma agenda ambiental de comando e controle, mas pensar isso como um eixo central do desenvolvimento sustentável do Estado. Isso por várias razões: primeiro, porque nós temos uma



vantagem comparativa excepcional. Temos rios navegáveis, capazes de transportar isso, o que nos cria uma logística muito favorável; a oportunidade de gerar empregos na zona rural e urbana a partir desse uso sustentável da biodiversidade. Hoje, o Estado do Amazonas tem 95% do PIB, baseado em Manaus. Ou seja, o desafio de interiorizar o PIB passa além do modelo da Zona Franca de Manaus, do Pólo de Indústria de Manaus, que está baseado nos celulares. Dificilmente nós teremos celulares no interior do rio Juruá. E só para colocar um pouco aos senhores a magnitude do espaço geográfico com que nós lidamos, de Manaus até a cidade mais distante, na calha do Juruá, temos 4.850 quilômetros de rio. Isso, num barco com motor a *diesel*, normal, ele gasta até 6 semanas. Se um fornecedor ligar para o seu parceiro em Manaus e disser “*olha, já saiu a encomenda?*” “*Sim*”, no final do mês que ela está chegando. Isso significa que a gente está lidando com um outro universo de escala de tempo, uma outra escala de distância, de custos. Então, a forma de gerar o desenvolvimento no interior dificilmente vai ser através da indústria de eletroeletrônicos ou de 2 rodas ou de relógio, que está em Manaus, mas pode sim ser a partir de uma indústria capaz de utilizar aquilo que nós temos com grande fartura, que são as frutas, os cipós, a madeira, enfim, os produtos da biodiversidade. Priorizar o desenvolvimento; atrair fundos internacionais. Nós precisamos deixar a discussão conceitual para fazer uma ação prática. Se a Amazônia presta serviços ambientais ao planeta que são fundamentais para a existência da humanidade — não só dos brasileiros, como de todos os demais habitantes do planeta —, é fundamental que esse serviço ambiental — e essa é a denominação, um serviço ambiental — seja recompensado, para que nós não devamos exigir altruísmo do cidadão que está lá na ponta, que está num nível de vida extremamente baixo. Nós



precisamos atrair fundos internacionais e fundos nacionais capazes de compensar esses serviços ambientais, nós precisamos atrair investimentos privados. Quando nós fazemos planejamento do desenvolvimento regional, nós pensamos em atrair empresas automobilísticas, empresas de eletrônica, mas nós dificilmente pensamos e raramente pensamos em atrair outro tipo de indústria. Cito o exemplo hoje do maior empregador da cidade de Itacoatiara, que é uma indústria que produz madeira. E ela produz essa madeira com selo verde, esse selo verde reconhecido pelas principais organizações ambientalistas do mundo, como o *Greenpeace*, como a WWF, etc. É a maior empregadora de Itacoatiara, tem 800 empregados. Ela gera energia elétrica a partir do resíduo da madeira. Esse tipo de investimento privado que nós precisamos atrair e criar as condições para que nós tenhamos uma nova forma de lidar com esse patrimônio nosso. Daí a importância de tratar, inclusive na reforma tributária, de um tratamento diferenciado para os segmentos industriais capazes de fazer um processamento da biodiversidade. Nós precisamos também manter os instrumentos creditícios e tributários da Zona Franca de Manaus, porque é a Zona Franca de Manaus que permite ao Governo do Estado investir nos programas de sustentabilidade. Esse ano o Governador Eduardo Braga investiu 30 milhões de reais no Alto Solimões, que é uma região abandonada, mais ou menos metade do Estado de São Paulo ou equivalente a isso. O Estado do Amazonas tem em torno de 4 vezes o tamanho do Estado de São Paulo, só para ter uma referência com o Estado do Deputado. Esse investimento só foi possível porque a arrecadação de tributos da Zona Franca de Manaus gera ao Estado caixa suficiente para isso. Sessenta e cinco por cento dos tributos federais arrecadados na região Norte são arrecadados em Manaus. Então, esse contexto também é muito importante de ser



colocado. Bom, a missão da zona franca verde, desse programa, é promover o desenvolvimento sustentável do Estado a partir da trilogia do ecologicamente saudável, do socialmente justo e do economicamente viável, que são os princípios consagrados nos instrumentos internacionais, tendo como talvez o mais simbólico a Agenda 21, da Rio 92. O que é uma zona franca verde? É um programa de geração de emprego e renda e conservação da natureza. A tese é que nós só vamos conservar bem a natureza se nós transformarmos isso em uma atitude racional, uma atitude inteligente para os moradores dessa região. E nosso foco é principalmente as regiões que têm um índice de desenvolvimento humano mais baixo, o IDH. O IDH do Estado: nós temos 6 Municípios, dos 19 Municípios com menor IDH do Brasil, no Amazonas. Isso é um absurdo. Se nós estivéssemos falando de uma região árida onde é inóspito o ambiente, mas não. Nós estamos falando numa região extremamente viva, com pluviosidades altíssimas, com uma fartura de rios fantástica e tem pobreza, miséria. Hoje nós estamos preocupados principalmente com isso. A base conceitual da nossa lógica passa por uma análise de algumas coisas que são subjacentes à nossa cultura brasileira. Se eu, por acaso, fizer uma visita ao Deputado Medeiros e observar, no quintal dele, muitas plantas nascendo espontaneamente e comentar com um outro colega que o Deputado Medeiros está cheio de mato no quintal, eu vou imediatamente passar a imagem de que ele é um mau gestor do seu quintal, um mau dono de casa, quando não. Muitas vezes, as plantas que nascem sozinhas são ricas, são bonitas, são belas e podem trazer muitos frutos. E isso é parte do nosso inconsciente. Então, quando nós criamos, por exemplo, uma política de crédito do Banco da Amazônia, do BASA, o que o BASA financia? Tudo, menos o uso da floresta. O Banco da Amazônia nunca financiou um



projeto de manejo de florestas na Amazônia. Nunca, porque é subjacente à nossa idéia, ao paradigma do desenvolvimento a idéia de que o progresso se dá desbravando a natureza, eliminando, e aí depois se discute se vai plantar arroz, café, milho, feijão, soja, o que quer que seja. Então, isso... Eu gostaria de chamar a atenção dos senhores para uma reflexão. Até que ponto a formulação dos instrumentos de políticas públicas decorrem de um pressuposto que não é correto: a idéia de que o mato é ruim? A oportunidade que nós temos na Amazônia é não repetir a mesma história da Mata Atlântica. E aí, nós, enquanto brasileiros, temos uma oportunidade história, porque nós estamos fazendo a mesma história da Mata Atlântica na Amazônia. Só a título de refresco de memória — vou trazer o exemplo do Estado de São Paulo aqui, mais uma vez, em homenagem ao Deputado —, a situação primitiva, ou seja, na chegada dos portugueses: está destacado aqui, em verde, no mapa do Estado de São Paulo, a área coberta por florestas e, em branco, as áreas cobertas por cerrados, na chegada dos portugueses (século XVI); 1907, a expansão, especialmente no Vale do Paraíba; 1920, a região de Ribeirão Preto, com café; 1973 e no ano 2000. Essa é a história não só do Estado de São Paulo: do Estado do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais etc. Está daquele jeito. Tem alguma coisinha lá. Agora, esse quadro gera hoje, no Estado de São Paulo: de 60 a 100 Municípios que têm racionamento de água agora, nesse período de agosto a novembro, têm problema de energia elétrica, que está associado à baixa vazão dos cursos d'água, têm problema de instalação de indústrias. Na bacia do rio Piracicaba, várias indústrias têm tido a autorização de instalação negada, em função da falta de água nos rios. Bom, eu queria também chamar a atenção sobre um dado importante, do ponto de vista estratégico. A Arábia Saudita, que tem 2 vezes a quantidade de



petróleo do Iraque, ela tem menos, em termos percentuais, do que o Brasil possui de florestas tropicais. Lógico que são recursos diferentes, mas as florestas tropicais representam um recurso estratégico. Nós temos mais do que a Arábia Saudita, que tem o dobro do Iraque, que teve esse episódio recente. O que nós fazemos com isso? Nós botamos fogo. Basicamente, a nossa atitude, muito pouco inteligente, enquanto cidadãos, enquanto tomadores de decisão, é botar fogo nisso. É como se a Arábia Saudita fizesse fogueira com seus poços de petróleo. Isso num contexto onde os recursos florestais da Ásia, que hoje é o grande fornecedor de madeira tropical para o mundo, estão em declínio acentuado, em função do uso não sustentável de suas florestas. A África, menos pelo fim dos recursos, mas mais pela instabilidade político-institucional vive também um problema de crise de abastecimento dos mercados internacionais. E no caso específico do Estado do Amazonas nós temos uma situação extremamente singular. Temos 150 milhões de hectares, que representam mais ou menos 20 vezes mais do que o país Camarões, que participa de todas os fóruns internacionais como protagonista, senta à mesa. O nosso Estado tem 20 vezes mais florestas do que o país Camarões. Então, o Estado do Amazonas é um Estado extremamente estratégico: tem só 2% de desmatamento e é todo cortado por grandes rios navegáveis com navios transatlânticos, de grande calado. Só tem 2% desmatado. A Amazônia tem em média 15%, a Mata Atlântica tem 93%. Bom, o desafio é como alterar o papel das florestas na história do desenvolvimento. Na nossa história, as florestas têm sido um estorvo, ou seja, um obstáculo para a expansão da agropecuária ou, por outro lado, um garimpo, para que a gente extraia o pau-brasil, araucária, jacarandá etc. Muito pouco foi feito no que diz respeito ao uso sustentável das nossas florestas. O desafio é como



promover esse uso sustentável. Bom, para que a gente possa fazer isso e dar concretude a esse ideal do desenvolvimento sustentável nós precisamos entender a lógica do uso não sustentável. O uso não sustentável das florestas não decorre de burrice ou irracionalidade do pequeno agricultor ou do grande fazendeiro. Não, é uma atitude racional e inteligente. O problema é que essa racionalidade que gera o uso não sustentável da terra, que leva ao uso não sustentável da terra, isso aqui, que gera fome, degradação ambiental e degradação da qualidade de vida, isso decorre de condicionantes. Eu mencionei o caso do crédito. Menciono outro: assistência técnica. Nós temos zero — para não dizer zero e ser injusto — , zero vírgula zero zero um ou alguma coisa de assistência técnica florestal na Amazônia, aliás, no Brasil inteiro. Muito pouco. Então, o colono que está à margem da Transamazônica ou o indígena que recebe algum tipo de assistência técnica, essa assistência técnica vai ser assim: *“Bom, desmate e a gente vai ver se dá melhor aqui o café, ou arroz, milho e feijão”*. Mas vamos sempre desmatar. Então, a assistência técnica ela é feita direcionada sempre ao contrário do uso sustentável dos recursos florestais. A mesma lógica nós podemos dizer com relação aos recursos pesqueiros. A gente não tem manejo de pesca. Então, não é surpresa que a gente tenha a degradação, o uso não sustentável. Todos os condicionantes aqui geram para isso porque os paradigmas que norteiam as políticas públicas estão baseados na idéia de que a floresta é um estorvo ou de que a floresta é uma mina a ser garimpada no menor custo e no menor prazo possível. Então, a revisão desses fatores é fundamental. Eu acredito que uma Comissão como esta, que é uma Comissão extremamente estratégica aqui na Câmara, ela possa ter uma ação voltada para a reformulação desses instrumentos capazes de dar ao uso sustentável dos



ecossistemas uma lógica econômica. Nós temos de tornar a conservação das florestas, o manejo das florestas, o manejo dos rios largos uma coisa racional. Hoje não é racional; o racional é garimpar. Por isso que as pessoas garimpam. Então, nós temos, por exemplo, de aumentar o custo da ilegalidade. Hoje a probabilidade de um cidadão ser preso por estar fazendo uma extração de madeira ilegal ou fazendo um contrabando de um animal é muito pequena. Então, o crime compensa. Nós temos que aumentar o custo da ilegalidade. E, ao mesmo tempo, é muito burocrático, é muito complicado ser legal. Nós precisamos simplificar isso e tornar mais barato o custo da legalidade. Então, nós precisamos entender e atuar de uma forma lógica. A mensagem que eu queria deixar aqui é só que nós precisamos ser muito analíticos e sofisticados na análise para que nós possamos ter instrumentos de políticas públicas capazes de interferir de fato na realidade que temos. Bom, a forma de enfrentar isso é enfrentar através de cadeias produtivas, analisar quais são os gargalos, em diferentes etapas das cadeias produtivas — na produção primária, no transporte, no beneficiamento e etc. — , para que nós, em cima desses gargalos, nós possamos delinear instrumentos de políticas públicas. E aí têm alguns dos principais gargalos. Principalmente surge a questão da regularização fundiária como um problema sério. A gente não tende a fazer nada de longo prazo se a situação da terra for insegura. Nós precisamos de crédito, o que já mencionei antes, precisamos de tecnologia de gerenciamento, que nós somos muito ruins. Se nós imaginarmos qual que é o nível de gerenciamento de uma fábrica de pau-rosa hoje no Estado de Novo... na cidade de Novo Aripuanã, é completamente primitivo. Computador nunca o cidadão viu. Ele faz anotação com lápis aqui numa folha de pão, de papel de pão. Então, essa modernização desse segmento é fundamental para que a gente possa ter o



desenvolvimento. E aí tem vários aspectos — não vou entrar... me alongar muito nisso — , mas a mensagem é que nós precisamos entender as diferentes cadeias produtivas do pau-rosa, a da madeira, do cipó titica, do peixe, enfim, de todos os produtos da biodiversidade, identificar esses gargalos e delinear instrumentos de políticas públicas capazes de reverter esses gargalos. Bom, isso aqui é um pouco do pano de fundo do nosso pensamento para que a gente possa aqui abordar mais especificamente a questão da biopirataria, que é o foco dessa sessão. Do ponto de vista do marco conceitual talvez a gente possa definir a biopirataria como esse extrativismo mercantilista: a extração da biodiversidade e do saber, do uso do saber tradicional, sem a remuneração justa e sem a preocupação com a sustentabilidade desses produtos. O biopirata ele procura, acha e vende; não se preocupa nem com a repartição justa nem com a sustentabilidade desses produtos. Então, é aquele que vai lá, identifica uma comunidade indígena, por exemplo, que tem um determinado saber, pega aquele saber e aquele produto, leva, procura alguém interessado e vende — só para a gente ter um entendimento comum. A Amazônia é extremamente importante porque é o maior guardião, a maior reserva de biodiversidade do planeta. E queria também, nesse marco conceitual, dizer que nem todos os ilícitos são biopiratarias. Fiz uma revisão um pouco da literatura e da imprensa que tem abordado o tema e muitas vezes se confunde, põe tudo no mesmo saco. A retirada de um mogno ilegal, a meu ver, não deveria ser colocada no mesmo patamar, na mesma discussão da retirada, por exemplo, de um fármaco que vai ser patenteado por uma indústria de medicamentos. Então talvez a gente possa separar o que é ilícito ambiental, o que é o desmatamento, extração ilegal daquilo que é uma ação que exporta um produto nosso capaz de ser reproduzido, ou quimicamente ou



reproduzido biologicamente, e é capaz de gerar divisas fora do País, sem remuneração do País ou dos segmentos econômicos envolvidos. Tem vários desafios. Eu diria que o primeiro desafio é compensar os guardiões desse patrimônio de uma forma justa. E os guardiões, historicamente... Acredito que nós devemos pensar com relação a uma dívida ética que nós brasileiros temos com as populações indígenas. Nós temos uma história de relações extremamente aéticas ou pouco éticas com essas populações e que deveriam ser agora repensadas num outro patamar. Então nós precisamos pensar em instrumentos capazes de recompensar as populações indígenas, que hoje vivem em situações críticas. É um universo muito amplo o das populações indígenas. Nós temos indígenas não contactados — o Estado do Amazonas tem em torno de 20 a 30 grupos hoje não contactados — e, ao mesmo tempo, nós temos outros que estão nas margens das cidades dependendo de cestas básicas, e tem todo um universo nesse intermédio. Mas nós precisamos compensar esses povos. Aí está uma dívida com essas populações indígenas e tradicionais. Nós temos um desafio, que é a legislação de patentes, que foi feita sob pressão, sob a orientação de grandes corporações, que tende a tratar de uma forma muito clara e rigorosa os direitos de propriedade intelectual dos indivíduos e das corporações, mas é muito frágil, muito ruim, propositadamente ou deliberadamente, com relação aos direitos coletivos. E isso é um desafio para a legislação, tanto a legislação nacional quanto internacional. E o outro desafio que eu colocaria é que nós precisamos sair dos casos pitorescos e pirotécnicos para as ações mais estruturantes. Daí aquela menção anteriormente de uma abordagem lógica, analítica para entender o porquê das coisas, para que a gente possa interferir nas causas, não apenas nos casos mais... enfim, que ocupam



as páginas policiais dos nossos jornais. Nós precisamos sair da página policial, digamos assim, para a página de instrumentos econômicos, instrumentos de licenciamento. Enfim, mudar um pouco esse caráter mais de comando e controle. Nossos problemas centrais, que eu gostaria de comungar com os senhores: um marco legal “inapropriado”. Nós precisamos de um novo marco legal capaz de reconhecer os direitos coletivos, nós precisamos estimular o manejo sustentável, o uso sustentável desses recursos, sejam eles recursos florestais, madeireiros ou não madeireiros, recursos aquáticos. Nós precisamos estimular o uso disso com crédito, estimular com tecnologia, com assistência técnica, enfim. Nós precisamos ter uma preocupação específica com as populações indígenas e populações tradicionais porque existe um processo agudo de perda do saber, perda do conhecimento. O conhecimento não é disseminado por todos, ele é concentrado em idosos. Muitas vezes, os idosos hoje têm relação de conflito com os jovens que rejeitam a relação com esses idosos. Esses idosos vão morrendo, e com essas pessoas se perde muito do saber. Nós precisamos de uma ação capaz de permitir a reprodução cultural desse saber, que é diferente da nossa forma. Nós mantemos através de livros, etc., e podemos ler o que foi escrito 100 anos atrás. Essas populações precisam manter histórias vivas. Precisamos, portanto, manter vivas as culturas, vivas as sociedades, vivos os valores que mantêm esse patrimônio como algo dinâmico. A evasão de divisas é um problema. O Brasil perde muito dinheiro com isso — e, sem dúvida, esse é um assunto que o próprio Deputado levantou na sua abertura e isso é do conhecimento de todos aqui. Falta de apoio à pesquisa séria. Para que possamos usar bem essa biodiversidade nós precisamos de pesquisa séria. E o Brasil tem isso: tem ótimas instituições de pesquisa, mas que,



infelizmente, hoje têm uma estrutura muito aquém do necessário. Então nós precisamos, sim, ter um apoio expressivo e decisivo, se nós queremos de fato fazer um uso bem feito desse nosso patrimônio. E hoje nós temos uma situação paradoxal. Por um lado, é muito fácil roubar produtos nossos, extrair de forma ilegal, e, por outro lado, é difícil fazer de uma forma correta. Então, hoje nós estamos tendo uma dificuldade muito grande de regularização e de regulamentação das atividades de pesquisa. Para os pesquisadores, hoje, acaba sendo um entrave, muitas vezes, a legislação, que muitas vezes não é eficaz para controlar a extração ilegal. Então, é preciso ter aí um choque de sensatez. Tem uma certa “bioparanóia” que se criou e, a meu ver, a gente deveria enfrentar isso de uma forma mais inteligente e sensata. A indústria com base na biodiversidade incipiente no Brasil — e esse é um nosso problema central. Talvez a gente possa citar alguns poucos casos de sucesso, como a empresa Natura, por exemplo, que lançou a linha Ekos e está tendo um grande sucesso com isso. Isso é um caso isolado, e é uma indústria que está em São Paulo. Quer dizer, nós precisamos na Amazônia ter um parque industrial enorme, ser grandes exportadores de xampus, de produtos, de cosméticos, e, por outro lado, de fitofármacos também; nós precisamos de indústrias capazes de agregar valor. De nada adianta ter uma planta se essa planta não está acoplada a um processo tecnológico e a uma indústria capaz de dar valor a isso. É um certo mito a idéia de que temos plantas valiosas, etc. Mas isso só tem valor de fato se houver investimento em tecnologia, em processo de industrialização, em *marketing* desses produtos. Do ponto de vista estratégico, eu diria que a abordagem que o País deveria ter é a promoção do uso inteligente e intensivo da biodiversidade; ao invés de ficarmos na defensiva e falando “*não, estão nos roubando*”, vamos tentar fazer



alguma coisa. Sim, é importante ter o comando, o controle, controlar os aeroportos. Sem dúvida. Isso é papel de polícia, é necessário. Mas o que nós precisamos, talvez mais estrategicamente, é uma ação agressiva de promoção do uso inteligente e intensivo da nossa biodiversidade. Agregar valor no Brasil. Nós temos uma série de empresas multinacionais que fabricam carros, fabricam, enfim, diversos produtos. Nós precisamos fazer com que, nessa relação internacional, as empresas que usam a biodiversidade venham se instalar no Brasil. Se nós temos uma política de atração da indústria automobilística, nós deveremos ter também uma política de atração dessas outras indústrias, que são as indústrias que processam a biodiversidade. Então, aí, acredito que também caiba um pensamento e uma visão estratégica para o País. Nós precisamos criar mecanismos para uma compensação ética, para que nós paguemos aos indígenas, paguemos às populações tradicionais algo que é justo. Nós precisamos aumentar o custo da ilegalidade, que mencionava há pouco. Hoje é muito barato, porque a probabilidade de ser pego é muito pequena; e, se for pego, a probabilidade de pagar multas, etc., também é muito pequena. Então, o crime compensa. Nós precisamos fazer com que isso seja mais caro, mais arriscado. Algumas propostas, para concluir. Primeiro, eu diria que nós precisamos de um marco legal apropriado. E aí o projeto de lei da Senadora Marina Silva, que está em tramitação, ele deveria ser, a meu ver, retomado e dada a prioridade e a urgência necessárias. Nós poderíamos criar, Presidente — e aí vai uma proposta ousada —, fazer uma megapatente, e aí colocar no cenário internacional algo que seria o patenteamento de toda a nossa biodiversidade, e colocar um constrangimento às grandes corporações. Porque essa megapatente podia ser 1% ou um valor qualquer, algo pequeno, dos produtos derivados do uso da biodiversidade para um fundo



direcionado para as populações indígenas e os povos tradicionais da Amazônia. Porque isso fica difícil de argumentar contra. E, pelo contrário, a gente pode dizer que para essas corporações que fazem uso desses produtos seria até um bom investimento de *marketing*. Só na venda de *marketing*, se nós criarmos um fundo capaz de levantar aí 50, 100 milhões de dólares por ano, isso criaria um potencial enorme de apoio ao etnodesenvolvimento de comunidades indígenas e populações tradicionais. E talvez isso possa ser feito inclusive com os nossos países vizinhos, no âmbito do TCA — Tratado de Cooperação da Amazônia, para que nós possamos ter algo que seja também justo com relação aos outros países que também são detentores da mesma diversidade, muitas vezes das mesmas populações indígenas. Isso seria algo que deveria ser articulado inclusive com o Itamarati no posicionamento externo do Brasil, nos fóruns de negociação onde esse assunto é tratado. Segunda proposta é que nós criemos uma regra para repartição justa dos benefícios, ou seja, tudo o que for comercializado tem que ir, de uma forma justa, àqueles que estão envolvidos no processo e não ficar a uma consideração excessiva dos lucros nas indústrias que fazem a ponta da cadeia produtiva. Hoje quem está na ponta da cadeia produtiva, se nós olharmos aquela figura anterior, quem está na ponta da cadeia produtiva tem quase todo o acúmulo do ganho; quem está no outro extremo, na produção primária, tem muito pouco de compensação financeira. Nós precisamos de um programa de estímulo ao manejo sustentável, e aí existem vários programas, acredito até no âmbito do PPA. Nós precisamos dar ênfase para isso; nós precisamos dar uma grande ênfase orçamentária, programática para o uso sustentável da biodiversidade florestal e pesqueira. Precisamos de um apoio expressivo à bioindústria, para que nós possamos atrair a



bioindústria para a região Amazônia; a melhoria do controle do monitoramento, com aquela idéia de aumentar o custo da ilegalidade; e estimular a pesquisa: valorização dos pesquisadores, fortalecimento institucional. E aí eu cito o exemplo do CBA, que é o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que tem um prédio enorme, de 12 mil metros, em Manaus, que está parado. Então, nós precisamos fazer com que esse CBA vire um centro de excelência capaz de analisar as moléculas, saber se a molécula de um determinado produto veio de fato da andiroba ou da copaíba, saber qual que é o nível de transformação dessa molécula que foi feito pelo laboratório, se foi só um pequeno ajuste ou se foi uma mudança estrutural, se o pacto dessa mudança estrutural afetou o efeito farmacológico daquele produto ou não. Enfim, a gente precisa ter uma inteligência, uma competência tecnológica de altíssimo nível, capaz de dialogar e ter uma interlocução de igual para igual com os grandes laboratórios internacionais. Por fim, eu queria terminar com uma certa visão, quer dizer, que essas casas que hoje têm um nível de renda baixíssimos. Nós estamos falando na entrada do século XXI, quando muitas dessas populações não entraram no século XX ainda: não têm luz elétrica, não têm água encanada, não têm saneamento. Presidente, o primeiro banheiro feito numa reserva extrativista na história foi feito no ano passado, em Xapuri, no Acre. O primeiro banheiro. As pessoas usam a boa e velha, com o perdão da palavra, bananeira. Isso significa o quê? Problemas de saúde pública das mais diversas naturezas. Nós precisamos, sim, levar cidadania a essas pessoas. E no quadro orçamentário de que nós dispomos hoje e provavelmente disporemos no futuro nós não vamos ter a possibilidade de uma ação assistencialista do Estado. Nós precisamos fazer com que essas pessoas tenham recursos próprios para que elas próprias possam



comprar a sua bomba, a sua caixa d'água e fazer o seu sanitário, que foi esse exemplo que eu citei há pouco de um projeto em Xapuri, no Acre, que foi o primeiro projeto onde um cidadão, sem recurso público, sem salário, sem nada, vendendo uma madeira tirada com selo verde, esse mesmo selo que eu mencionei anteriormente, ele conseguiu os recursos suficientes para isso. Então talvez isso seja um pouco da utopia. Talvez a gente possa transformar madeira com manejo florestal, madeira retirada não do desmatamento, mas sim do manejo, que é basicamente colher as árvores grandes e cuidar para que as jovens árvores já existentes na floresta, plantadas pelos morcegos, pássaros etc. cresçam e reponham isso de uma forma sustentável, para que a produção se mantenha *ad aeternum*. Esse é que é o manejo florestal, em poucas palavras. E esse manejo florestal é a grande oportunidade nossa. Nós somos os grandes atores do mercado internacional. Nós poderíamos ter um papel quase de OPEP sozinha e talvez, com isso, a gente pudesse mudar o tema, o foco da biopirataria, de uma agenda negativa policial para uma agenda da cidadania, da inclusão social e de um futuro mais justo e mais digno para todos os brasileiros, que são os guardiões disso. Então, queria, ao finalizar, agradecer ao Presidente e à Comissão por essa oportunidade. E me coloco à disposição dos senhores para algum debate. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Dr. Virgílio Maurício, pela brilhante exposição sobre a Amazônia, seus problemas e a biopirataria. Estão abertas as inscrições. Tem uma lista. Primeiro, o Relator, Leonardo Picciani, e depois você, o primeiro, tudo bem? Leonardo.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Dr. Virgílio Vianna, Secretário do Meio Ambiente e



Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, a quem eu gostaria de agradecer pela brilhante exposição e pela inestimável ajuda que nos presta. O tema da biopirataria ele, desde o início dessa Comissão, tem-nos despertado muito interesse e muita preocupação. E nós tínhamos algumas dificuldades de entender, alguns até pela distância física de seus Estados, os Estados brasileiros onde essa prática é mais corriqueira em função de lá estarem localizados os produtos que são alvos da biopirataria, em função de, como o senhor muito bem colocou, os demais Estados, os Estados desenvolvidos do Brasil, já terem destruído as suas reservas de mata atlântica, em especial os Estados do Sudeste brasileiro... Eu quero dizer que concordo com V.Sa. E V.Sa. nos ajudou muito a compreender essa questão. A questão da biopirataria, ela nos desperta preocupação e interesse exatamente porque há indícios muito claros de que ela gera um prejuízo ao Brasil, de que ela gera um prejuízo às populações indígenas, como bem colocado pelo senhor; não beneficia o País e tampouco as populações, que são, como muito bem colocado, os guardiões desse conhecimento, que talvez sejam a grande catalogação da biodiversidade brasileira, esses povos. E eu manifesto a minha concordância no que tange à necessidade de se incentivar a pesquisa. Nós precisamos combater a biopirataria, entender o que está acontecendo, ir buscar os culpados por essa prática, vedar — como me parece que se tratam de estrangeiros, na maioria dos casos — a entrada e saída dessas pessoas no País, entrando e saindo, levando a biodiversidade do Brasil. Mas a pesquisa ela é fundamental, porque, como bem colocado, a indústria de desenvolvimento do Brasil ela é incipiente. E, com isso, nós não conseguimos ocupar esse espaço, não conseguimos reverter em benefício do País esses produtos, que deveriam e poderiam ser aqui beneficiados, gerar essas



patentes que hoje são geradas mundo afora, em função do que é daqui pirateado; poderiam ser geradas aqui, e aí matar na origem o problema da biopirataria. O marco legal, nós temos a consciência. E sabemos que essa CPI vai ter papel fundamental em trazer esse tema novamente a debate, em reapresentar os projetos e, em havendo necessidade, até apresentar um novo projeto que represente, se houver necessidade, um novo projeto que represente o avanço nesse marco legal, nessa expectativa de encontrar uma fórmula de proteger a biodiversidade brasileira, as riquezas naturais do País e que geram patentes, que geram possibilidade de receita, e que até o momento de forma nenhuma tem sido revertida em benefício do Brasil. A idéia da megapatente ela me parece, à primeira vista — depois, se o senhor puder nos dar mais detalhes... —, mas me parece muito interessante. Pode ser um começo, ainda mais se ela estiver atrelada a um fundo, a um programa de desenvolvimento dessas regiões. Concordo também que é necessário mudar o foco da agenda negativa para uma agenda positiva. Mas praticamente, de forma prática, pragmática, gostaria de perguntar ao senhor se, enquanto esse foco ainda não está mudado, se o Estado do Amazonas tem algum tipo de levantamento, de estudo, de mapeamento dos locais, de entidades, de pessoas que atualmente promoveram ou estão promovendo a biopirataria na floresta amazônica brasileira. Que o objetivo dessa CPI é apresentar todos esses resultados anteriormente obtidos, mas é também buscar onde estão esses piratas. A nossa missão aqui é investigar fatos relacionados à pirataria. E, dentro disso, nós não podemos abrir mão de tentar buscar os culpados por essa prática tão danosa ao Brasil. Encerro, novamente agradecendo a sua presença. Devolvo a palavra ao Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) – Obrigado, Relator, Deputado Leonardo Picciani. Passo a palavra agora ao Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** – Dr. Virgílio, salvo engano uma pessoa muito parecida, nesse final de semana nós fomos apresentados lá em Parintins, na festa, quando fomos recebidos naquela solenidade do Presidente, junto com o Deputado Virgílio, onde tivemos oportunidade de conversar um pouco a respeito e parabenizá-lo pela grande gestão ter sido conduzida com o Governador Eduardo Braga, do nosso partido. Falo aqui enquanto representante do PPS, como membro desta Comissão. E saudá-lo com muita não tranqüilidade, mas com, vamos dizer, com alegria de que o caminho que o Estado do Amazonas possa trilhar a partir desse Governo correto... E a gente pôde presenciar no sentimento da população de Parintins e dos amazonenses a alegria e o momento em que vive o Governo conduzido pelo nosso Governador. Queria que você levasse nosso abraço e nosso cumprimento à gestão. A grande discussão que foi feita da sua fala a respeito da questão que nós particularmente vamos tratar nessa CPI e eu gostaria de colocar aqui para o senhor é que o Governo Eduardo Braga realmente, nas propostas que o senhor levantou, começa a tomar iniciativas, que até então não eram dadas, da importância ou da relevância do Estado do Amazonas. E que nós cariocas, paulistas, mineiros, que estamos fazendo parte, fazemos parte desse imenso País, em todas as nossas conversas, reconhecemos que a Amazônia realmente é o nosso celeiro; que a Amazônia é a nossa riqueza, a nossa potência mundial; que nós temos nesse Estado ou na nossa floresta a grande garantia de estabilidade ou de riqueza de patrimônio mundial para a gente poder estar em grau de competição com o Oriente Médio, com o petróleo, e com outros países, com a



industrialização. Nós temos a nossa floresta tropical como nosso grande patrimônio. A gente já fala, falamos isso nas nossas conversas íntimas. Falta que nós tomemos esse conhecimento como ação política. E eu tenho certeza que o Governador tem feito isso na sua participação intensa no nosso País. E aí eu quero colocar 2 questões práticas que nós vivemos, para que o senhor possa, até já complementando a pergunta do nosso Relator, Deputado Leonardo... Quando eu estive acompanhando, na Legislatura passada, o Projeto Calha Norte, que acontece no Norte, na divisa entre Amazonas, um pouco no Estado de Roraima e Acre, a gente pôde presenciar que muito da biopirataria ocorre nas reservas indígenas, daquilo que o senhor disse de sempre termos desprestigiado essa parcela da população brasileira, que não é integrada como cidadão pleno. Nós temos a dificuldade de que esse cidadão, o índio, ele é invadido pelos biopiratas nas suas reservas, sem que eles tenham condições de dar valor àquilo que eles estão comercializando, no que seja madeira, no que seja produto fármaco, no que seja produto para cosmético. E a gente tem que fazer um trabalho mais intenso nesse sentido para evitar que as nossas reservas, principalmente indígenas, sejam exploradas de forma vil como são hoje no Norte, principalmente na Floresta Amazônica. Acho que essa é uma grande preocupação. E saber como é que o Governo Eduardo Braga vai tentar tratar essa questão diretamente nas reservas e, principalmente, da sua colocação com relação a biopirataria, do que é feito de incentivo e falta a nós. E eu trago como exemplo: quem pôde ou quem teve oportunidade de estar na China sabe que mesmo quem não precisa ou não utiliza o ginseng não consegue sair da China sem um pacote de ginseng, que às vezes custa 50 centavos de dólar, mas eles fazem tanta promoção daquela raiz que tem pacote



de 100 dólares, 150, e todo mundo fica meio comovido. A gente sabe do tamanho de um país como a China, continental, que não tem mais florestas, e eles têm uma produção, um estímulo muito grande a esse produto. Nós temos na Floresta Amazônica não só o guaraná, mas uma diversidade enorme em que poderia ser feito, ou pode vir a ser feito o trabalho, da mesma forma como eles exploram um produto específico daquele país que já se tornou uma marca mundial chinesa. E isso acho que depende não só da ação do Governo do Estado, mas do Governo Federal, para que a gente possa explorar e potencializar o comércio legal desses produtos que nós temos. Por último, finalizando, ao cumprimentá-lo, dizer que a grande dificuldade que o senhor levanta com relação à biopirataria na Amazônia é o fruto desta nossa CPI, é a questão da pirataria em geral, da punibilidade. Nós não temos, naqueles que agem dessa forma, uma ação contundente dos Poderes Judiciário, podemos dizer Legislativo e Executivo, na punibilidade e na execução das pessoas que cometem esse tipo de delito, seja pirataria de *software* ou pirataria de um produto da biologia brasileira. Então nós temos que acentuar isso. Acho que esta CPI foi criada com espírito de a gente estar, no Congresso Nacional, fazendo uma legislação que possa realmente restringir a ação dessas pessoas que utilizam nosso País na causa do desemprego, na causa da não cidadania da população indígena e de outros organismos da sociedade organizada, que são prejudicados em função da impunibilidade dessas pessoas que cometem esses delitos em nosso País. Gostaria de agradecer, parabenizá-lo e dizer que não há tranquilidade, porque sabemos o que está acontecendo, mas a alegria de que o Governo do Estado do Amazonas está em muito boas mãos, do nosso Governador Eduardo Braga, e, eu tenho



certeza, conduzido também pelo Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado. Parabéns. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Júlio Delgado. Você estava falando: quem sai da China não consegue sair sem ginseng, não é verdade? Quem sai da Holanda não consegue sair sem semente de flores. É impressionante. Eu não queria, não queria semente de flores e saí de lá com as sementes. Cheguei em casa, fui plantar, eram batatas. Passo a palavra ao Deputado Júlio Lopes.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Obrigado, Presidente. Cumprimentar o Dr. Virgílio pela brilhante exposição, os nobres colegas Deputados, senhoras e senhores. Eu gostaria de saber, Sr. Secretário, se de alguma forma a assessoria jurídica da sua secretaria ou do próprio Governo já tentou fundamentar essa questão da megapatente, porque, certamente, conforme o senhor muito bem colocou, as lendas, as tradições e o conhecimento popular dos indígenas, dos aborígenes, enfim, são uma abreviatura nos estudos dos laboratórios internacionais com vistas ao emprego das nossas plantas medicinais. Mas a fundamentação da patente requer o desenvolvimento específico de um conhecimento ou de um processo, e esses são conhecimentos populares de ampla divulgação. Quer dizer, como é que o senhor entende que se possa fazê-lo? Quero dizer, desde já, que concordo com o senhor. É absolutamente fundamental e desejável que nós consigamos fazer, mas me parece que é difícil, sob o ponto de vista jurídico. Outra consideração que gostaria de fazer: a gente sabe que o Governo Fernando Henrique desenvolveu um megassistema de controle da floresta e dos produtos florestais, que teriam inclusive um selo. Como é que está isso? Isso, lá na Amazônia, os senhores têm feito um



trabalho coordenado nesse sentido, o sistema é bom ou não é? Qual é a sua consideração sobre esse sistema, que, no meu entendimento, é fundamental para que a gente possa proteger as nossas riquezas naturais?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Júlio Lopes. Passamos a palavra agora ao Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, foi muito confortável para mim assistir à palestra do Dr. Virgílio. Ele demonstrou muita serenidade e muito conhecimento ao se expressar. Ele passou para a gente essa impressão. Ao mesmo tempo, observei um posicionamento não sectário, que é muito comum nessa área. Então, ele enfatiza muito a questão do desenvolvimento sustentável, de manejo, enfim, dessas formas de atuação que podem nos permitir extrair daquele ambiente da natureza recursos que possam ajudar na solução do problema nacional. Então eu quero parabenizá-lo por isso. O senhor não pontuou muito a questão da pirataria, que é nosso objetivo também. Então eu queria deixar uma pergunta para o senhor, complementando a pergunta do Picciani, acerca da questão da repressão à pirataria lá no Estado. Qual a sua percepção do trabalho dos organismos locais na repressão à pirataria e se existe no Amazonas alguma unidade policial especializada na repressão a essa modalidade delituosa? Até porque nos passa a impressão de que, pelas notícias que temos, são poucos os resultados realmente que resultem em condenações nessa atividade na região. Agora, Presidente, aproveitando o momento, quero manifestar os nossos parabéns, as nossas congratulações ao Governo do Estado do Rio de Janeiro ao criar uma Delegacia de Pirataria. Vamos estar, na segunda-feira, na inauguração dessa delegacia. É uma unidade especializada, que vai reunir o conhecimento sobre essa modalidade delituosa, que



merece o nosso aplauso, como também o nosso estímulo, para que outros Estados tomem a mesma iniciativa, dado o tamanho dessa atividade. Como disse em outras oportunidades, se não for contida, ela vai colocar em risco a própria organização do Estado brasileiro. Muito obrigado, que fique aqui o registro dessa observação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputado Josias Quintal, nós também queremos cumprimentar a Governadora do Estado do Rio de Janeiro pela criação dessa delegacia, que tem uma política voltada para o combate à pirataria. Nós também estaremos. Queremos convidar todos os membros da Comissão. Segunda-feira à tarde, não sabemos exatamente o horário, vai ter inauguração e nós estaremos lá.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Uma hora, Sr. Presidente. Uma hora da tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado. Passo a palavra ao Deputado Valdenor Guedes.

**O SR. DEPUTADO VALDENOR GUEDES** - Sr. Presidente, Medeiros, cumprimentar o nosso Relator, cumprimentar também e parabenizar o Prof. Virgílio Maurício Vianna, Srs. Deputados. Cheguei um pouco atrasado, mas pude acompanhar de perto e com muita atenção a palestra proferida pelo nosso professor, Secretário de Meio Ambiente do Amazonas. Começando pela água e até pelo gerenciamento da água, isso ocorre em muitos países. Já está ocorrendo em algumas capitais, mas na nossa Amazônia, também sou professor, igual a V.Sa., por isso que eu gosto de usar esse termo, que professor sempre será essa grande personalidade didática como V.Sa. expôs em sua palestra. Falando sobre a água, sempre nós discutíamos água na Amazônia e nós já falávamos, naquela época, que



água nunca ia faltar. Era o nosso pensamento e é ainda o nosso pensamento. Mas o nosso maior problema é que os ambientalistas diziam que ia faltar água e metiam um medo na população tremendo. Mas a nossa maior responsabilidade não era com a falta do volume de água, mas, sim, com a poluição dessas águas, que diminuiria a capacidade de consumo, de tratamento. E nós, inclusive, já apresentamos aqui nesta Casa para que o ano de 2004 seja instituído o ano do saneamento básico. E um dos itens do saneamento básico é água tratada, para que nós possamos fazer com que as empresas... águas residuais não contaminem, não poluam as águas, principalmente de toda nossa região Amazônica. Essa é a nossa maior preocupação. Mas, Srs. Deputados, quando se fala em biodiversidade, se está falando nas diversidades de vidas existentes no planeta, especialmente na nossa Amazônia. E essa diversidade de vidas que existe é que nós estamos debatendo. E é por causa delas também que nós estamos aqui tratando, neste dia, em relação até à biopirataria. O que falta muitas vezes para nós, Sr. Presidente, é uma política totalmente voltada para a pesquisa. Eu também me considero um pesquisador. Sou químico, trabalhei também ali no INPA, em fabricação de remédio no Rio de Janeiro, enfim. E eu começo a perceber que nós falamos muito em sustentabilidade. E isso traz um desconforto até para nós, que ouvimos essa palavra sustentabilidade e ouvimos, 8 anos, aplicarem um projeto de sustentabilidade no Amapá, que deixaram aquele Estado na miséria, na pobreza, e nós vamos passar alguns anos para tentar reerguê-lo. E nós precisamos fazer com que o desenvolvimento sustentável seja aquele que traga realmente uma melhor qualidade de vida para o homem e que, ao mesmo tempo, esse homem reconheça a ou as capacidades produtivas desses ecossistemas com os quais ele convive. Isso é importante para nós. Será que para



preservarmos a natureza nós devemos fazer como estão fazendo lá no Amapá? Agora nós temos 8,2 milhões de hectares, 58% da nossa área é intocável — não se pode tocar —, e nós estamos cercados, nós não temos para onde correr. Nós não podemos desenvolver, não podemos crescer. Isso é empurrado goela abaixo, e a nossa situação vai ficando difícil. Eu pude viajar por toda essa fronteira, inclusive área indígena, e pude perceber em pesquisa também que nós temos — Sr. Presidente, veja bem o que eu vou falar —, Srs. Deputados, nós temos mais de mil pesquisas, não pesquisas científicas, não pesquisas de substâncias ativas, como V.Sa. falou na molécula, e eu já falo em substância ativa. Eu não me refiro à molécula, mas em relação à substância ativa, porque na Amazônia nós sabemos que aquele remédio tal serve para dor de cabeça, aquele remédio tal serve para inflamação. Na Amazônia, nós temos remédios para toda e qualquer doença, inclusive para a AIDS nós temos remédio. E o que é que a pesquisa iria fazer, se houvesse interesse de investir na pesquisa? Iria atrás daquela planta e ia tirar dela a substância ativa que propicia esse mecanismo de controle dessa ou dessas enfermidades. Mas esses investimentos não são feitos. O que acontece? Nós não podemos barrar a pesquisa. Se o Brasil não quer pesquisar, alguém lá de fora vem. Se você for na área indígena, Sr. Presidente, se eu for na área indígena, nós temos lá os índios, o pajé com remédio para aborto, contra aborto, enfim todo tipo de remédio. Mas ele não vai dar para ninguém, nem o pesquisador dá, nem o pesquisador dá esse remédio para ninguém. E alguém tem que investir e ir lá pesquisar. E no Amapá nós temos, no Amapá nós temos muitos remédios. Que nós precisamos investir na pesquisa. Agora, se nós não investirmos na pesquisa, esses laboratórios vêm e fazem pesquisa. Em muitos casos nem é pirataria, Sr.



Presidente, Srs. Deputados, nem é pirataria. Mas na maioria, sim, eles levam. Eu falo isso porque já estive no local, eu não sou...O senhor vai me cortar a palavra, Presidente? Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Não. Só se você leu meu pensamento.

**O SR. DEPUTADO VALDENOR GUEDES** - Porque o senhor fica aí na posição de *stand by*...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Realmente, nós vamos ter... Pediria aos Deputados — o Deputado Júlio Lopes também está falando ali — que a gente fizesse, assim, uma certa resumida, para dar oportunidade a todos. Vamos ter que terminar um pouco mais cedo hoje. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO VALDENOR GUEDES** - Está certo, Sr. Presidente, muito obrigado. Já vou encerrar. O que eu quero colocar é que nós devemos, Sr. Presidente, investir na pesquisa, que o nosso Relator, que todos nós tenhamos um cuidado muito especial em relação ao nosso relatório, para que nós não sejamos foco de holofotes da imprensa em relação à biopirataria. Nós precisamos, acima de tudo, chamar a atenção do Governo para que ele possa investir na pesquisa. No momento em que ele começar a dar estrutura para os institutos de pesquisa no Amapá, no Pará, no Amazonas e em vários outros Estados no Brasil, aí, sim, nós teremos resultado positivo, e nós não estaremos lá na ponta, mas na origem tratando muito melhor desse assunto. Então, a nossa proposta era que nós não ficássemos somente aqui, mas que nós saíssemos, que o nosso Relator e todos nós saíssemos, como essa do Rio de Janeiro, para vermos de perto o que se faz em relação à pesquisa. Aí, tendo pesquisa, sim, Sr. Presidente, tendo pesquisa, nós



teremos o resultado dessa pesquisa, a indústria brasileira recebendo isso, investindo, gerando empregos. Porque se nós quiséssemos investir em remédio mesmo, nós teríamos remédio para tudo neste País, e sem ser remédio dessas grandes indústrias. Nós teríamos aqui o genérico no Brasil para qualquer coisa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputado Valdenor Guedes. Agora passo a palavra para o Deputado Rubinelli. Quero saudar o Deputado Rubinelli. S.Exa. acaba de ser designado pelo PT para compor também a nossa Comissão. Com a palavra o Deputado Rubinelli.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Virgílio, nobres Deputados, é uma satisfação estar aqui para colaborar no trabalho da Comissão, da CPI. E acredito que o escopo principal, o objetivo principal da CPI seja detectar o problema e trabalhar no sentido de que os responsáveis por todo tipo de pirataria, inclusive relacionada à biodiversidade, sejam efetivamente detectados e punidos com muito rigor. Nós falamos muito que a Amazônia e que as nossas florestas são patrimônio do nosso País. Pois bem, senhores, patrimônio, todo o mundo sabe e todo o mundo cuida que o patrimônio tem que ser zelado, tem que ser cuidado, você tem que preservar. Infelizmente, tem sido um discurso comum, mas efetivamente muito pouco tem sido feito no sentido de preservar e de evitar esses saques da nossa tecnologia referente ao meio ambiente. Quero dizer, Srs. Deputados, que claramente nós percebemos, digamos assim, um desleixo, um descaso por parte do Governo Federal. Espero que agora este novo Governo, não só Federal, mas Estadual também, tenha uma visão diferenciada. E por quê? Em qualquer país — foram citados aqui alguns exemplos, mas vários países preservam



as suas riquezas, a sua biodiversidade, as suas culturas. Por exemplo: há algum tempo atrás uma cidadã norte-americana foi presa porque, sem saber, ela havia comprado no comércio local uma estatueta, que era patrimônio cultural da Turquia. Ficou vários anos presa, até que a Embaixada americana conseguiu fazer com que ela fosse solta. Ferreira Neto, que foi um jornalista brasileiro, foi preso nos Estados Unidos, porque tinha na bagagem uma caixinha de remédio que lá era considerado droga. E aqui no Brasil, Srs. Deputados, tem um saque, tem um roubo na nossa biodiversidade, na nossa tecnologia, e me parece que as únicas pessoas que têm feito um trabalho investigativo eficiente são dos meios de comunicação: os jornalistas. Me parece que, infelizmente, os delegados, as autoridades não têm a competência que os jornalistas têm para descobrir onde estão os criminosos, onde estão os saqueadores. E aí nós temos um problema. Talvez seja necessário fazer um curso de aperfeiçoamento para nossas autoridades e convidar os jornalistas para ministrar o curso, porque não é possível. Em quase todos os setores a gente vê os escândalos, matérias investigativas dão o nome, endereço, nome da empresa à qual é vinculado o ato de pirataria e, do ponto de vista legal, nós não vemos nada ser feito. Acredito, Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, que a nossa missão aqui é descobrir também por que há essa omissão, por que o Estado é tão incompetente no sentido de descobrir e de punir os responsáveis pela biopirataria. Quero dizer, professor Virgílio, que acho muito interessante a idéia de megapatente, porém, temos que tomar um cuidado. A megapatente acredito que possa ser viabilizada, acho interessante que sejam destinados recursos aos povos indígenas, acho legítimo e justo. Porém, a megapatente não pode legitimar que as indústrias estrangeiras e os piratas continuem, a partir daí, a sugar, a roubar o que há de



biodiversidade. A megapatente tem que ser feita conjugada com leis duríssimas no sentido de proibir que indústrias estrangeiras criminosas venham ao Brasil roubar a nossa biodiversidade. Aí, sim, quando nós tivermos — e pode ser feito simultaneamente — leis sérias no sentido de coibir que haja esse verdadeiro saque da biodiversidade brasileira, pode-se trabalhar na questão da megapatente, que é extremamente interessante e acredito que seria algo que iria contribuir muito, mas não podemos simplesmente fazer a megapatente e entender que isso vai dar conta do recado. Pois bem, Srs. Deputados, até quero fazer — citei os outros países — o que aconteceria se um cidadão americano ligado a uma empresa... um cidadão brasileiro ligado a uma empresa brasileira fosse aos Estados Unidos pesquisar qualquer setor sem autorização norte-americana e ficasse lá e conseguisse trazer para cá, digamos assim, de forma ilegal, alguma informação, alguma rocha, alguma planta, qualquer coisa relativa à biodiversidade americana. Com certeza esse cidadão ficaria preso aí por muitos e muitos anos. Olha lá se não fosse para Guantánamo, em Cuba. Então, senhores, esta Comissão tem um papel importante, que é descobrir o verdadeiro crime organizado que tem por trás desse roubo da nossa biodiversidade, desses atos criminosos. Para finalizar, foi dito aqui também a questão das leis. Precisamos fazer excelentes leis aqui que resolvam o problema, que dêem conta de parte do problema. Porém, a lei tem que ser executada. E hoje a nossa Justiça tem se mostrado ineficiente no tocante a questões ambientais, não é uma justiça especializada em questões ambientais. Talvez tenha chegado a hora de nós pensarmos também na criação de uma justiça ambiental, porque, se nós temos a Justiça do Trabalho, se nós temos a Justiça Eleitoral, se nós temos vários segmentos da Justiça, por que não criarmos também a Justiça Ambiental para



cuidar da biodiversidade das nossas florestas, de toda essa questão. Hoje, infelizmente, muitas vezes por desconhecimento do juiz, às vezes, um caboclo que está passando fome e mata um tatu é punido. E aquele criminoso que está agindo com relação a crimes ambientais relacionados a biodiversidade, por desconhecimento da Justiça, acaba passando impune. Então, é preciso que a Justiça seja especializada. Acho que chegou o momento de o Brasil pensar também a questão da criação da Justiça Ambiental. Concluindo, Sr. Presidente, gostaria também que o Dr. Virgílio desse um diagnóstico para esta Comissão do que o Governo do Amazonas já tem referente a quem são os grandes criminosos no tocante à questão desse verdadeiro roubo da nossa biodiversidade. Se existe o estudo já, quem são os responsáveis, se é possível passar esse material para o nosso Presidente e para a nossa Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente, Dr. Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Rubinelli. O último Deputado a falar é o Coronel Alves.

**O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Virgílio Maurício, vários Parlamentares já me antecederam e praticamente esgotaram aqui as nossas perguntas, e a minha vai muito próximo ao que falou agora o Deputado Rubinelli. Então, a pergunta é a seguinte: efetivamente, o que é que o nosso Dr. Virgílio Maurício Vianna pode nos dar de resultados que tenham sido coletados já no Estado do Amazonas com relação a essa biopirataria, o que efetivamente nós temos? Porque há de se ler, encontrar em qualquer jornal, qualquer revista que estão fazendo biopirataria na Amazônia, no Brasil inteiro, mas, efetivamente, para que nós possamos lembrar que nós estamos numa CPI, para que



nós tenhamos esses elementos e possamos aprofundá-los, auxiliar no aprofundamento que, com certeza, já foi feito. Também anotei aqui e gostaria que fosse um pouco mais esclarecido pelo nosso Secretário: ele, na sua exposição, colocou cupuaçu *versus* manga. Quero eu acreditar que é aquela que foi realizada pelos japoneses, se não me engano, a questão do nome do cupuaçu patentado. Mas do da manga eu não tinha conhecimento, então eu estou também aproveitando, porque é uma das grandes fontes de alimentação na minha região, na nossa região, a manga. Belém do Pará é conhecida como a cidade das mangueiras. Então, eu queria que o senhor me explicasse um pouco mais, mas a pergunta vai mais para efetivamente o que o Governo tem para nos dar, quais as informações, os dados que foram coletados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputado Coronel Alves. Passo a palavra agora para o Secretário Virgílio Vianna.

**O SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA** - Bom, cumprimento... A meu ver, as perguntas e os questionamentos forma excelentes, de quem os reflete, pessoas que estão se debruçando e vivenciando bastante esse tema. Vou tentar responder de uma forma bem sucinta, sabedor dos tempos desta sessão. Com relação ao Deputado Leonardo, os questionamentos que ele levanta, acredito que talvez nós possamos fazer a discussão e a propositura para que os trabalhos desta Comissão tenham duas vertentes: da agenda negativa e da agenda positiva. A agenda positiva é aquilo voltado ao estímulo, ao uso sustentável como uma forma de coibir o uso predatório. Depois, a agenda negativa seria a agenda mais de comando, de controle, de fiscalização, etc. Essa primeira talvez seja o foco mais óbvio desta Comissão: cadê o criminoso, onde está, como localizar, como vamos fazer isso. Mas



eu acredito que seja muito importante nós mantermos esse foco duplo: na ação de comando e controle e na ação positiva. Com relação ao questionamento sobre o que foi feito no Estado com relação aos biopiratas, quem está fazendo isso, a quem compete (*ininteligível*) no Estado. Essa é uma função que, do ponto de vista formal, compete ao IBAMA e à Polícia Federal. Então, essa é uma ação que, especialmente naquilo que está relacionado com a exportação de produtos, está relacionada com o Governo Federal. Isso não significa que o Governo do Estado não tenha um papel. O Governo do Estado tem tido seu papel. Temos feito um trabalho especificamente relacionado com o controle da produção predatória do pau-rosa — esta é uma questão histórica —, que é usado para produção do perfume Chanel nº 5, que é um fixador e tem várias características muito positivas e é feito, historicamente, de uma forma muito predatória. Basicamente se corta a árvore para tirar o extrato que é usado para fazer o perfume. E nós agora pedimos ao INPA e à universidade que fizessem um estudo de alternativas para que a gente possa fazer a produção de uma forma sustentável. Estamos mapeando esses produtores para que a gente possa dar a esses produtores uma maneira de fazer esse uso de uma forma correta e sustentável e, ao mesmo tempo, oferecer a essas pequenas indústrias, que são indústrias muito rudimentares, financiamento do Estado. O Estado criou agora um programa chamado Pró-Floresta, que é da agência de fomento do Estado, que é o primeiro programa de crédito florestal que está sendo implantado na Amazônia. Então, já tem a alocação do Governador de 10 milhões de reais. O Presidente Mâncio, do BASA, se comprometeu em colocar mais 10 milhões, e nós estamos agora em negociação com o BNDES para ver se o BNDES coloca 30 milhões de reais, de forma que a gente faria um fundo de em torno de 50 milhões de reais para



esse tipo de ação. Um outro tema com que temos tido atenção é a questão dos peixes ornamentais. Tem uma exportação de peixes ornamentais, especialmente na região de Barcelos, na região do rio Negro, que também é um problema. Enfim, essa é uma área... nós temos que nos debruçar um pouco sobre isso. Com relação ao questionamento do Deputado Júlio Delgado, de Minas, conterrâneo também — sou de Belo Horizonte originalmente —, eu acredito que, com relação à questão indígena, nós temos populações muito vulneráveis. E, ao estarem completamente desamparadas, não completamente, mas muito pouco amparadas pelo Estado, no sentido mais amplo — Poder Federal, Estadual e Municipal —, essas populações ficam à mercê de toda sorte de agentes sociais e econômicos. Uma das coisas que pessoalmente, falando mais como cidadão do que como Secretário de Estado, mas uma coisa que me perturba muito é a ação de missionários estrangeiros. Em primeiro, porque a ação no que diz respeito à imposição de uma nova religião, a meu ver, não é ética. Não é correto chegar e dizer que o meu Deus é melhor do que o seu Deus. Acredito que a gente deva viver num regime de mais democracia e mais pluralismo religioso. O que foi feito com as religiões de todas as Américas, talvez mais simbólico na cidade do México, a construção da Matriz de Guadalupe no mesmo local e com as pedras que foram utilizadas da demolição do templo asteca para a construção da Igreja Católica naquele mesmo lugar, aquilo é, a meu ver, um símbolo de um colonialismo (*ininteligível*.) Isso é uma coisa que deve passar. Então, acredito... E, obviamente, essas missões religiosas, muitas vezes, podem funcionar... Não estou dizendo que funcionem, mas eu acredito que seria uma coisa que deveria ter uma atenção. Eu estou falando mais como cidadão do que qualquer outra coisa. E a gente tem, em quase todas as cidades do interior, muitas missões



religiosas, e muitas delas com uma situação irregular de entrada de pessoas. Enfim, eu diria que, levantando só um tema, sem nenhuma pretensão de colocar nenhum fato objetivo... Não tenho nada, só compartilhando uma inquietude como cidadão. Mas o questionamento do *ginseng* é interessante, porque, na verdade, talvez o senhor tenha feito o que muitos chamariam de biopirataria, porque o *ginseng* é uma raiz, e essa raiz é viva, o senhor pode plantar no quintal da sua casa que ele vai nascer. Então, isso talvez seja um ato de biopirataria. E aí vem a questão da bioparanóia. E o Deputado Medeiros também talvez tenha feito um ato de biopirataria ao trazer sementes da Holanda, ainda que equivocadamente: não eram tulipas, mas eram batatas. Mas esse tráfico de material genético é parte da história da humanidade. A chegada da batata vinda dos Andes, dos nossos companheiros aqui Incas, à Europa foi o que resolveu a crise de fome na Europa. A batata veio dos Andes. O nosso café veio da África. Um dos produtos de exportação talvez mais simbólicos do Brasil, o café, veio da África. A cana não é nossa. O pasto... Toda a pecuária brasileira está indo muito bem, etc. e tal; o pasto nosso, todo o pasto nosso é da África, quase todas as gramíneas nossas são da África. Então, talvez a gente não deva entrar numa coisa meio paranóica também. Por isso que, a meu ver, a ênfase — e aí não é minha perspectiva, aí, sim, é perspectiva de Governo — é que devemos dar mais ênfase à agenda positiva, porque a agenda negativa é difícil, inclusive eticamente. E aí volto a um questionamento que foi feito pelo Coronel sobre as mangueiras de Belém. A mangueira não é brasileira, a mangueira é da Índia. O nome dela é *mangifera indica*. Ela é da Índia. A jaca não é nossa, é da Ásia. A fruta-pão é da Polinésia. Agora, se alguém vai plantar cupuaçu lá... E aí vem a história do cupuaçu e da manga. Acredito que o nome cupuaçu ser patenteado é



alguma coisa que mexe com o brio nacional, como se alguém patenteasse “brasil”, o nome de uma árvore, ou “araucária”, algo assim. Tem um valor simbólico, mas, do ponto de vista objetivo, alguém plantar cupuaçu em outro lugar não é menos ético do que nós plantarmos manga nas avenidas centrais de Belém ou de Macapá. Então, a gente deve ter um pouco de sensatez. Acredito que a gente deva abaixar um pouco o emocionalismo e ter mais objetividade. Ver a questão mais objetiva e que a gente tem sido incompetente. Nós temos sido incompetentes em fazer um bom uso da biodiversidade. E isso, obviamente, ao estar disponível e ninguém estar usando, algum mais esperto, mais inteligente do que a gente faz esse uso. O que a gente deveria investir estrategicamente é na ação positiva, estimular que o Rio de Janeiro do nosso Deputado possa ter, quem sabe, melhor aproveitamento da sua fantástica biodiversidade, ainda que muito saqueada, ainda que muito desmatada — o Estado do Rio de Janeiro é um dos que mais têm desmatado, infelizmente —, ainda nesse último capítulo da Mata Atlântica, mas que a gente use essa biodiversidade, que o Rio de Janeiro talvez possa ter uma política de incentivos fiscais. Se a gente dá um incentivo fiscal para a indústria automobilística, a gente devia dar um incentivo 100 vezes maior para a indústria à base da biodiversidade, porque essa promove a conservação, desde que seja baseada em manejo sustentável. Então, eu acredito que talvez uma das mensagens que eu gostaria de deixar com os senhores é essa ênfase para a agenda positiva e um chamado à sensatez. As pessoas que vão cultivar o cupuaçu fora do Brasil não estão fazendo um ato diferente do que os Deputados fizeram aqui, trazendo o ginseng ou trazendo a semente de tulipa ou de batata. É parte. Agora, o que a gente não pode ter é o uso do saber. Isso é roubo de propriedade intelectual. Se um indígena sabe que o chá de um determinado produto



serve para uma determinada doença, isso é saber. Não é ético levar esse saber junto com o produto, sintetizar isso e não pagar quem inventou. Porque isso é invenção. Só que o sistema de patente internacional está despreparado para isso. Agora, para isso, nós precisamos... E acredito eu que o Brasil não foi muito inteligente nas negociações internacionais ao ter ratificado a legislação internacional de patentes, que serve muito bem para a indústria de informática e que atendeu muito à pressão dos outros países que detêm essas indústrias, mas nós devíamos ter embutido ali um abertura para o reconhecimento disso que estou chamando aqui de megapatentes. E aproveito para dizer sobre o questionamento do Deputado Júlio Lopes que é um nome inédito. Na verdade eu vim pensando nisso nesta madrugada, mas muito já se tem discutido quanto ao reconhecimento do direito intelectual de propriedades indígenas. Então, o nome, na verdade, me ocorreu nesta madrugada, quando estava vindo para cá de Manaus, e me deu esse nome. Eu estava conversando com a Deputada cedo aqui, e ela também gostou — a Vanessa. E, quem sabe, a gente possa formatar. Não tem nada formalizado nisso, mas a provocação do senhor foi muito bem-vinda. Eu vou ver se eu formalizo isso e até consulto a nossa procuradoria jurídica e as ONGs — tem muitas instituições que trabalham nesse sentido — para a gente dar a isso uma formatação capaz, inclusive, de chegar a esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Não deixa o pessoal te piratear a idéia.

**O SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA** - Está bom. Não. Já está...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Já está patenteada, não é? Aqui na Comissão está registrada.



**O SR. VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANNA** - Aqui na Comissão está registrada nos autos, não é? Com relação ao que o Deputado Josias Quintal levantou — e parabéns pelo Rio de Janeiro que tem essa delegacia nova, não sabia disso —, seria interessante — e aí falo também na condição de Presidente do Fórum de Secretários de Meio Ambiente da Amazônia — que essa experiência do Rio de Janeiro, que a Comissão vai visitar, seja disseminada. E, se puderem fazer chegar às minhas mãos, eu faço chegar às mãos dos demais Secretários de Meio Ambiente da Amazônia, para que, quem sabe, isso inspire ações congêneres. Acredito que a gente deva fazer muito isso nesse sentido do bom pirateamento das boas idéias. Que essas idéias fluam, e que a gente possa reproduzir aquilo que é sensato e que tenha sido feito com sucesso. Muitos dos senhores levantaram questionamento sobre o Poder Judiciário e a necessidade de um poder judiciário mais equipado para lidar com problemas novos. Um tema muito importante. Nesse final de semana estive no fórum promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Foi muito bom porque foi uma coisa inédita, segundo os magistrados, a discussão desse tema por eles. E acredito que a gente deva ser mais pró-ativo. E aí, talvez, o desafio seja fazer um processo de educação sobre esses temas de todos os níveis. Acredito que o Ministério Público é um ator muito importante. A provocação do Deputado Rubinelli é muito interessante, sobre a criação de uma Justiça Ambiental. Registro a minha percepção de que o Ministério Público tem sido excelente, tem dado um avanço inédito. Talvez na reforma constitucional tenha sido um dos principais ganhos. O Ministério Público tem sido muito atuante. Agora, o próprio Ministério Público... Nós estamos fazendo uma parceria, e relato também essa atividade nossa no Estado, uma parceria com o Ministério Público para fazer um processo de



interação entre a área ambiental e o Ministério Público, para dar ao Ministério Público mais elementos. Muitas vezes o Ministério Público age com o melhor dos propósitos, mas faltam às vezes elementos técnicos. Então, a gente quer, nessa parceria com o Ministério Público, equipar melhor o Ministério Público de elementos técnicos e científicos para as suas intervenções no campo jurídico. É uma provocação interessante criar uma justiça ambiental — talvez seja um assunto que devesse merecer uma análise — , mas a primeira reação é positiva; se não uma justiça ambiental inteira, varas ambientais, como já existem, e dar mais destaque, mais força, mais peso, chamar a atenção para as varas ambientais que já existem em algumas das jurisdições do País. Nós temos uma ação da agência de... O Governo do Estado criou uma agência de florestas e negócios sustentáveis — é também algo inédito — , que coloco também à disposição dos senhores, caso os senhores queiram mais informações e levar aos seus respectivos Estados essa idéia. A idéia é ter uma agência, uma autarquia especial que agencie negócios, que estimule o pequeno produtor, o médio, o grande; que atraia o investidor; enfim, estimule negócios sustentáveis. E nós estamos já com o *portfolio* aí de 50 microempresas no Estado, trabalhando com óleo de andiroba, cipó titica, madeira, enfim, produtos que estão sendo apoiados de diferentes formas: ou com assistência técnica, ou com crédito, ou com isenção tributária sobre isso. O Deputado Valdenor Guedes levanta sobre a questão da água, que, a meu ver, é extremamente estratégica, extremamente importante, e o saneamento. Com relação à questão de unidade de conservação, comungo da mesma inquietude do senhor. A meu ver, o processo de criação de parques que foi feito nos últimos tempos na história brasileira foi profundamente equivocado. A meu ver, a lógica com que tem sido feita



a criação de parques não é correta. A gente tem que fazer um processo mais participativo, de consulta à comunidade local. Isso cai de guarda-chuva de Brasília de uma hora para outra. Isso, a meu ver, é algo que não é bom. Não estimula o controle da biopirataria, porque essas áreas enormes, despreparadas, porque... Criar um parque é muito fácil, como foi criado Tumucumaque, basicamente é uma canetada. Mas depois a gestão disso tem um orçamento zero. Vamos ver quanto que no PPA foi colocado para o orçamento de 2003 para Tumucumaque. Quantos? Quantas dezenas de milhões de reais? Provavelmente nem algumas dezenas de reais foram colocadas. Então, a meu ver, a gente precisa fazer uma reflexão profunda, porque a gente cria ações bem intencionadas... Não quero aqui criticar com relação à intenção, é mais com relação à estratégia. A meu ver, a gente precisa melhorar a estratégia, usar melhor a inteligência nacional. Acho que o Brasil é um país que se diferencia de outros países do Terceiro Mundo por ter uma inteligência nacional, por ter uma massa crítica nas universidades, formação de pessoal qualificado, que não faz parte do processo de tomada de decisão, como deveria fazer. A meu ver, precisamos qualificar melhor o debate. Cito o caso do IEPA, no Estado do Amapá, que é um instituto de excelência e talvez possa ser até um exemplo de instituição que poderia ter um papel, a exemplo do INPA, na alavancagem dessa indústria. Acredito também, Deputado, que a gente deva perder um pouco do nossos mitos com relação à satanização dos laboratórios farmacêuticos. Acredito que a gente deva ter conversas objetivas. Eu compro remédio na farmácia. Então, por coerência, eu devo respeitar o cidadão que está fazendo esse remédio. Não necessariamente ele é ruim. Eu compro um carro que é importado, importado não, que a fabricante não é brasileira. A Gurgel faliu. Então,



esse é Volkswagen, enfim, Chevrolet, ou alguma marca. Por que não termos uma relação franca com os laboratórios internacionais? Por que não dividirmos claramente a questão de *royalties*, de pagamento de *royalties*? Então, a meu ver, nós não deveríamos ter este tratamento: o laboratório é o vilão, é o satã, então nós precisamos proibir de todas as formas. Não. Melhor é que a gente até tenha, que tenha ao lado do IEPA, por exemplo, em Macapá, um laboratório suíço trabalhando, mas pagando os direitos autorais às comunidades indígenas, pagando os impostos, gerando empregos, etc. e tal, a exemplo do que a indústria automobilística faz. Então, talvez valha a pena a gente pensar também aí numa ação pró-ativa. Ao invés de ficar só tentando fechar os portos com mais polícia, a gente inverter isso, inverter a lógica: vamos trazer os laboratórios para cá. Vamos estimular, em primeiro lugar — dou a minha posição pessoal: deveríamos ter uma posição nacionalista e estimular a indústria nacional em primeiro lugar —, mas vamos também trabalhar com outros laboratórios de fora. Com relação à idéia da visita de campo, que foi dita, deixo aqui o convite. Se a Comissão quiser fazer uma visita ao Estado, teremos o maior prazer em mostrar coisas, especialmente nessa direção da ação positiva: as pequenas empresas que estão trabalhando na área de fármacos, na área de fitocosméticos. E, com relação ao questionamento do Deputado Rubinelli sobre o que está sendo feito, acho que uma das ações mais importantes que nós estamos fazendo é a parceria com instituições de pesquisa. Estamos fazendo uma parceria que envolve o Governo do Estado, a Universidade Federal do Amazonas e a PETROBRAS, para investir — agora, acabamos de acertar isso — 3,5 milhões de reais na área do gasoduto, o que vai ser feito. Então, em vez de gerarmos uma EIA-RIMA, que acaba sendo muito pouco útil, vamos estimular um conjunto de pesquisas



da universidade, de longo prazo, para que a universidade faça o levantamento da biodiversidade da flora, da fauna, que está muito pouco estudada nessa região. Estamos lançando, com a Secretária de Ciência e Tecnologia do Estado, a professora Marilene, um programa chamado Ciência e Sustentabilidade, que vai investir 4 milhões de reais na pesquisa direcionada especialmente para esses temas que estão sendo debatidos aqui. Com o INPA nós estamos também com uma agenda de trabalho bastante intensa, com relação ao zoneamento do Estado, à identificação de áreas mais promissoras para uso sustentável da biodiversidade. Enfim, nós estamos trazendo a inteligência do Estado para dentro do processo de formulação de políticas públicas. Com relação aos investigadores, a meu ver, o treinamento de investigadores é uma coisa superimportante, e acredito que a gente esteja muito desaparelhado para isso. E aí não é uma coisa de botar o dedo na ferida e apenas chamar a atenção daqueles que deveriam estar fazendo melhor, é reconhecer que isso é um fato novo, e as instituições estão muito frágeis do ponto de vista de recursos financeiros, recursos humanos, mas que, apesar disso, é isso que tem que ser feito. Então, nós precisamos de uma coisa séria. E acredito que tudo começa, como diz o caboclo, pelo começo. Então, nós devemos começar pelo orçamento. Nós precisamos colocar no Orçamento da União um recurso capaz de melhorar essas ações para que a gente possa, aí, sim, cobrar do IBAMA, da Polícia Federal, e o apoio dos Estados a esses dois órgãos naquilo que diz respeito a isso. Uma ação efetiva uma vez que tenha o orçamento, porque, senão, é colocar uma demanda a mais sobre aquelas instituições que não estão dando conta das demandas já antigas. Bom, acredito que tenha respondido de uma forma genérica a todos, e mais uma vez agradeço ao Deputado pela oportunidade.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Sr. Virgílio Vianna, eu quero agradecer a você, Secretário de Estado, pela brilhante e inovadora — eu nunca tinha visto uma exposição tão inovadora quanto a sua sobre a questão da Amazônia, principalmente no que diz respeito às questões positivas. Gostaria que você, como disse o Deputado, aprofundasse esse negócio da megapatente e mandasse algum material sobre isso. Quero te agradecer, porque eu sei que você deixou de fazer outras atividades hoje para vir aqui, agradecer ao nosso Governador. Enfim, estamos muito gratos com sua presença aqui. Muito obrigado. Eu gostaria que os Deputados permanecessem aqui. Nós vamos fazer uma sessão reservada rapidinho, para aprovar alguns requerimentos sobre quebra de sigilo. Algumas coisas que vamos fazer aqui e deveríamos fazer reservada. Então, peço que aqui fiquem só os assessores direto, para a gente resolver. Sr. Virgílio Viana, muito obrigado.